

## PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS

MICHELE VOLLRATH BENTO<sup>1</sup>; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – mivolb@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultante do projeto de doutorado em desenvolvimento na Faculdade de Educação/FaE/UFPel e tem por objetivo investigar quais os possíveis impactos das parcerias público-privadas(PPP's) em educação para a gestão democrática das redes públicas municipais do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, busca evidenciar as relações estabelecidas entre os entes públicos (municípios) e os parceiros privados(PPP's), bem como as experiências de caráter educacional e os espaços de democracia.

O *lócus* da referida pesquisa será constituído por um município de cada região, distribuído geograficamente pela Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), totalizando 10 (dez) municípios do Estado do RS com características (população, IDEB, cultura) diferentes, escolhidos de forma aleatória.

Dessa forma, os possíveis impactos das PPPs na gestão democrática das redes públicas municipais na efetividade da democracia educacional a partir da análise da abrangência, intensidade, formas de atuação e relações das parcerias com os setores públicos no estado do RS, no período compreendido entre os anos de 2017 a 2020, constitui o problema desta pesquisa.

### 2. METODOLOGIA

Tomando por base a forma de relação entre Estado e sociedade civil em suas diversificadas formas de atuação, a pesquisa prevê a necessidade de diálogo com instituições que possuem incidência junto às secretarias municipais da educação, como é o caso da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS e a União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. A aproximação com estas instituições é uma via estratégica para a construção metodológica da coleta de informações sobre as PPP's nos municípios.

A coleta de informações sobre os dados gerais e educacionais dos municípios terá como fontes o IBGE e o censo educacional/INEP, possibilitando a padronização dos dados. O processo de coleta de informações sobre as PPPs será realizado a partir de um questionário com a utilização da ferramenta “Google Forms”, considerando a caracterização das parcerias, buscando mensurar a abrangência, os impactos junto a educação básica, as formas de atuação e suas respectivas áreas. Nesse sentido, a ferramenta *on line* viabiliza maior agilidade das informações por parte de cada secretaria de município, bem como uma prévia sistematização a ser definida posteriormente.

Para além deste instrumento formal a ser encaminhado a cada município, a pesquisa prevê o levantamento de informações disponíveis na internet e que tenham relação com as parcerias público-privadas em educação estabelecidas nos municípios, na forma de “etnografia de rede” (BALL, 2014). Para tanto, almeja a aquisição de softwares específicos capazes de mapear a divulgação virtual de

atividades oriundas das parcerias. O caminho de investigação virtual serve como um complemento de informações, as quais serão disponibilizadas no banco de dados.

O conceito de redes é usado por Ball (2014) como um método analítico para contemplar a estrutura das comunidades políticas e alguns aspectos visíveis nas relações sociais estabelecidas, através do que ele chama de “etnografia de rede”.

Esta metodologia permite realizar o mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular, uma variação que Bervir e Rhodes (2006) apresentam como “análises etnográficas de governança em ação” (BALL, 2014, p. 28). Propõe expandir as perspectivas de análise com apoio de novas fontes de dados, emanadas pela comunicação virtual e eletrônica, de forma a permitir o acesso mais amplo e mais rico das relações sociais em redes, do que possibilitam os dados terrestres.

Assim, podem ser utilizadas páginas do *Facebook*, *Blogs*, *sites*, *Power points*, materiais promocionais e vídeos disponibilizados na internet. Desta forma, os dados propiciarão o estabelecimento de relações entre os dados gerais e educacionais de cada município pesquisado e as parcerias existentes.

Ressalta-se que a metodologia de coleta de dados acompanha a adotada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE) da UFPel, no qual faço parte, na medida em que esta pesquisa de doutorado é um recorte do estudo de mapeamento<sup>1</sup> mais amplo em desenvolvimento pelo Núcleo.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação está prevista na Constituição Federal de 1988, como um direito social subjetivo de todos os cidadãos brasileiros, bem como dever do Estado proporcioná-la de forma pública e gratuita. Assim, as perspectivas educacionais, em qualquer nível de ensino, deverão se orientar por uma educação universalizada, de caráter humano e tecnológico. Da mesma forma, as políticas públicas de educação deverão preservar e aplicar o referido conceito a fim de consagrar um ensino de qualidade.

Cabe ressaltar que o referido conceito busca valorizar uma formação cidadã e não apenas orientada pelas necessidades do mercado, mas principalmente pela compreensão do sistema sócio-produtivo da sociedade moderna em que estes indivíduos estão inseridos, desenvolvendo nos mesmos a capacidade crítica e reflexiva acerca do contexto o qual estão inseridos.

Nesse contexto e sobre a égide da intervenção mínima do Estado, as parcerias público-privadas (PPP's) implicam o afastamento do Estado da oferta direta da educação, mantendo seu foco no financiamento aos provedores (através de vales ou subsídios) e atuando na esfera da regulação e da avaliação dos serviços educacionais.(ROBERTSON; VERGER, 2012).

Ao longo das últimas duas décadas, mudanças significativas na governança dos sistemas de ensino têm sido postas em prática como instituições internacionais, governos, empresas, consultores filantrópicos e promoveram acordos de parceria mais híbridos, envolvendo novas combinações de atores estatais e não estatais envolvidos em um leque de atividades da educação.

Essas novas formas de governança da educação, muitas vezes operam em escalas, através de interações entre regional e nacional, governos locais e

<sup>1</sup> O NEPPE/UFPel em parceria com o GPRPPE/UFRGS desenvolve atualmente a pesquisa: MAPEAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

organizações intergovernamentais, e entre estes e as empresas nacional e transnacional configuradas de lucro, filantropos, ONGs e organizações religiosas. Uma grande variedade de termos já surgiu para capturar estes desenvolvimentos, embora sem dúvida na comunidade internacional é o termo Parcerias Público-Privadas (PPPs), que foi globalizado e adquiriu status de ícone. (ROBERTSON; MUNDY; VERGER; MENASHY, 2012).

Licínio Lima (2013), ao tratar do conceito de privatização, apresenta a multiplicidade de formas,

[...] muitas e diferentes coisas, desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados, desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respectivos 'cheques-ensino' pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas, fundações, organizações não-governamentais diversas, ou do chamado 'terceiro setor'. (p. 178-179).

Dessa forma, o privado acaba interferindo diretamente no cerne da educação pública, tanto no currículo quanto na gestão e organização escolar através das parcerias existentes entre sistemas públicos e instituições do Terceiro Setor, onde a execução das políticas permanece sob responsabilidade financeira do Estado, (PERONI, 2018).

Portanto, ressalta-se a importância dos municípios possuírem políticas públicas que visem a implantação de uma gestão democrática, objetivando a garantia efetiva dos direitos fundamentais.

#### 4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa busca verificar questões que impactam sobremaneira na educação pública, tais como a efetivação da gestão democrática na área educacional dos municípios e a influencia das parcerias público-privadas. Outras questões poderão ser analisadas no curso da pesquisa tais como a razão pela qual o Estado se mantém provedor financeiro e a iniciativa privada define as diretrizes?

Também o impacto da implementação da nova gestão pública, bem como dos princípios gerencialistas e de governança, intrínsecos ao setor privado, no setor público? Dessa forma, as referidas indagações poderão auxiliar nas reflexões acerca da gestão democrática e as relações estabelecidas entre os entes públicos (municípios) e os parceiros privados (PPP's), bem como as experiências de caráter educacional e a construção de espaços de democracia.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Maria. Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, v. 3, p. 107-116, 2009.
- ADRIÃO, Theresa et al. A simbiose entre as Prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações para a política educacional local. 33a. **Reunião Anual da ANPEd**, Caxambú, 2010. (acesso 8 de maio de 2019). Disponível em <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6812--Int.pdf>
- AMOS, Karin. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p. 023-038, 2010.
- BALL, Stephen. **Educação global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- CÓSSIO, Maria de Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum (PUCSP)**, v. 13, p. 616-640, 2015.
- CÓSSIO, Maria de Fátima; HYPOLITO, Álvaro M.; LEITE, Maria Cecilia L.; DALL'IGNA, Maria Antonieta. Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, p. 325- 341, mai./ago. 2010.
- DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.
- DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. In: **Educ. Soc.** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out.-dez. 2010.
- DALE, Roger. ROBERTSON, Susan. Pesquisar a Educação em uma Era Globalizante. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 347-363, maio/ago. 2011.
- PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no brasil: sujeitos e conteúdo da proposta, **Curriculo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018,
- PERONI, Vera Maria Vidal (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina T. C. e FERNANDES, Maria Dilnéia E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, vol.30, no.108, p.761-778, out. 2009.
- REIS, Isaura. Governança e regulação da educação: perspectiva e conceitos. In: **Educação, Sociedade e Culturas**, n.39, 2013.
- SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012
- ROBERTSON, Susan. As implicações em justiça social da privatização nos modelos de governança da educação: um relato relacional. In: **Educação e Sociedade**, v.34, n.34, jul-set 2013.